

Governando espaços e especialidades: uma análise das tecnologias de pedagogização no Parque Ibirapuera da cidade de São Paulo

**Ana Paula Nunes Chaves
Julio Groppa Aquino**

Resumo

63

Determinados processos educativos forjam e governam espaços e especialidades, sobretudo por meio de mecanismos pedagogizantes, os quais ultrapassam o âmbito educacional formal, espalhando-se no cenário urbano. Amparada na teorização foucaultiana, a investigação focaliza as técnicas pedagógicas de produção espacial no Parque Ibirapuera, por meio da análise dos Processos da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, entre 1951 e 1969, e dos discursos jornalísticos veiculados a esse respeito no jornal *O Estado de S. Paulo* de 1954 (ano de fundação do parque) a 2014. A análise arqueogenética descreve desde as políticas públicas para a criação do parque até as práticas atuais de lazer cultural e esportivo ali em curso. Junto às estratégias segregacionistas e higienistas em vigor nos momentos iniciais da história do parque, destacam-se as técnicas de normalização social em prol do bem-estar produtivo da população e, mais recentemente, as tecnologias de acento neoliberal visando capitalizar as atividades de recreação popular.

Palavras-chave: espaço; governo; pedagogização; Parque Ibirapuera; cidade de São Paulo.

Abstract

Regulating spaces and spatialities: an analysis of pedagogization technologies at Ibirapuera Park, in the city of São Paulo

This paper discusses how certain educational processes shape and regulate spaces and spatialities, mainly through pedagogizing mechanisms, which go beyond the scope of formal education, spreading through the urban scenario. Based on the foucauldian theorization, this research focuses on pedagogical techniques of spatial production in the Ibirapuera Park, through the analysis of the Processes of the Commission of the Fourth Centenary of the City of São Paulo (Processos da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo), from 1951 to 1969, and the journalistic discourses circulated about it on the newspaper O Estado de S. Paulo from 1954 (founding year of the park) to 2014. The archeogenealogical analysis provides a description ranging from the public policies behind the park creation to the current practices of cultural and sportive leisure underway there. In addition to the segregationist and hygienist strategies implemented at the beginning of the park's history, this paper focuses on social normalization techniques to favor the productive well-being of the population and, more recently, on the neoliberal accent technologies aiming to capitalize on popular recreational activities.

Keywords: space; government; pedagogization; Ibirapuera Park; São Paulo city.

64

Resumen

Gobernando espacios y espacialidades: un análisis de las tecnologías de pedagogización en el Parque Ibirapuera, en la ciudad de São Paulo

Este artículo discute cómo determinados procesos educativos forjan y gobiernan espacios y espacialidades, sobre todo por medio de mecanismos pedagógicos, que sobrepasan el ámbito educativo formal, expandiéndose cada vez más en el escenario urbano. Amparada en la teorización foucaultiana, la investigación se centra en las técnicas pedagógicas de producción espacial en el Parque Ibirapuera, por medio del análisis de los Procesos de la Comisión del IV Centenario de la Ciudad de São Paulo (Processos da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo), entre 1951 y 1969, y de los discursos periodísticos transmitidos al respecto en el diario O Estado de S. Paulo de 1954 (año de fundación del parque) a 2014. El análisis arqueogenealógico describe desde las políticas públicas para la creación del parque hasta las prácticas actuales de ocio cultural y deportivo allí en curso. Junto a las estrategias segregacionistas e higienistas en vigor en los momentos iniciales de la historia del parque, se destacan las técnicas de normalización social en favor del bienestar productivo de la población y, más recientemente, las tecnologías de acento neoliberal con el fin de capitalizar las actividades de recreación popular.

Palabras clave: espacio; gobierno; pedagogización; Parque Ibirapuera; ciudad de São Paulo.

Introdução

Práticas portadoras de intencionalidades pedagógicas, alegadamente formativas, extravasam os muros das instituições educacionais, alastrando-se cada vez mais pelo cenário urbano contemporâneo. O espraiamento de uma educabilidade ininterrupta, que se dá a qualquer momento e em diferentes esferas do espaço social nas cidades, materializa processos de pedagogização que não deixam de criar, governar e gerir espaços e espacialidades.

Os conceitos de pedagogização (Aquino, 2012, 2013) e de expansionismo pedagógico (Vieira, 2012; Vieira; Aquino, 2016), nos quais nos apoiamos, vêm sendo referenciados por diversos autores. Na lógica da sociedade totalmente pedagogizada proposta por Basil Bernstein (2001), na sociedade pedagógica apontada por Jacky Beillerot (1985), na política da aprendizagem ao longo da vida discutida por Stephen Ball (2013), na educacionalização do social defendida por Kamila Lockmann (2013) ou ainda no que Carlos Noguera-Ramírez (2011) chamou de sociedade educativa, o aprender converte-se em atividade interminável e onipresente, transbordando os espaços formais outrora designados a essa finalidade.

Trata-se daquilo que Aquino (2012, p. 150) chama de pedagogização da vida, apontando para um processo de organização das relações sociais consoante a uma ininterrupta “tutela pastoral dos indivíduos e das populações com vistas ao autogerenciamento de seus corpos, almas e relações”. Em suma, um alastramento progressivo da ideia de educabilidade em diferentes âmbitos do tecido social, englobando largo espectro da vida sociocultural.

Destarte, o expansionismo pedagógico acarreta uma reverberação de práticas de gestão também dos espaços, cujo ordenamento incita hábitos em quem deles faz uso, imprimindo certas condutas que, por sua vez, modulam determinados modos de vida. Atitudes como atravessar ruas sobre a faixa de pedestres, pedalar em ciclovias, usufruir da companhia de um monitor para passear por um museu etc. ilustram esse modo de planificação e organização socioespaciais, revelando, igualmente, subjetividades governadas. A produção e a organização dos espaços não são simplesmente físicas, mas também pedagógicas, já que voltadas à legitimação de condutas a determinado modelo de cidadania que se almeja alcançar: um sujeito responsável, ecológico, saudável, cultural, criativo, empreendedor etc.

Tendo em vista que as práticas espaciais contemporâneas não fogem de tal empreitada pedagogizante, parece possível assumir a premissa de que tanto os espaços como as práticas espaciais não podem deixar de ser considerados âmbitos precípios de governo ou, mais especificamente, de governamentalização social.

Partimos aqui das proposições de Michel Foucault (2008a, 2008b) acerca da governamentalidade como forma de gerir duplamente ações individuais e coletivas. A esse respeito, é importante observar que a noção de governo aqui não se refere meramente a estruturas políticas ou de administração dos estados, mas principalmente à gestão social dos afazeres de indivíduos ou de grupos de indivíduos.

Assim, a trama de relações e fenômenos espaciais, bem como as estratégias e lógicas nela veiculadas, arregimentam o cenário que pretendemos trazer à baila: as investidas pedagogizantes sobre os modos de vida das populações e,

consequentemente, sobre os espaços e espacialidades possíveis. Como *locus* da investigação, elegemos o Parque Ibirapuera, pois ele articula uma série de experiências formativas na paisagem paulistana.

A cidade de São Paulo conta com mais de 100 parques municipais e, dentre eles, a referência proeminente é o Ibirapuera. Inaugurado em 21 de agosto de 1954, o parque foi projetado para sediar os festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo e, mais tarde, oferecer opções de cultura e lazer à população paulistana. Trata-se de um espaço articulador de uma série de experiências formativas por sua multiplicidade de opções de lazer, que são desfrutadas por cerca de 14 milhões de frequentadores ao ano (Silva, 2017). Seus museus, exposições, universidade, ginásio, parque infantil, ciclofaixa, escolas, planetário, entre outros, configuram espaços singulares que incitam e, ao mesmo tempo, conformam um conjunto de práticas imbuídas de um inequívoco teor formativo, as quais concorrem expressamente na forja de determinadas espacialidades e de modos específicos de vida da população ali acolhida.

A fim de discutir como alguns desses aspectos se desdobram empiricamente, identificaramos tecnologias de pedagogização atuantes no governamento dos espaços e espacialidades do Parque Ibirapuera com base nos modos de subjetivação a eles relacionados, especificamente, as práticas de lazer cultural e esportivo. A pesquisa foi organizada segundo duas frentes complementares: por meio da análise de documentos oficiais acerca do Parque Ibirapuera, oriundos dos Processos do Fundo da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, de 1951 a 1969, e também de discursos jornalísticos veiculados a respeito do parque no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1954 a 2014.

Cabe esclarecer que a Comissão do IV Centenário, promulgada pela Lei Municipal nº 4.166, foi o órgão de caráter autárquico responsável por organizar e colocar em prática o plano de comemorações do aniversário de 400 anos da cidade de São Paulo. Os processos autuados encontram-se no Fundo do IV Centenário, no Arquivo Histórico de São Paulo. Antes de reunidos nesse local, boa parte do acervo bibliográfico e documental que existia se perdeu, pois não havia lugar adequado para a organização e conservação. Os processos autuados hoje totalizam 7.500 registros, distribuídos entre os anos de 1951 e 1969, e resultam das variadas subcomissões encarregadas dos trabalhos: pareceres e minutas, realização de contratos, sugestões e propostas, prestação de serviço, correspondência, obras públicas, administração de pessoal, ocupação do Parque Ibirapuera, plano de propaganda etc. Dos 7.500 registros de processos autuados por essa comissão, 468 processos dizem respeito especificamente ao Parque Ibirapuera.

O Parque Ibirapuera e suas práticas formativas

Os terrenos pantanosos do aldeamento tupiniquim onde viveu o cacique Ibirapuera faziam parte de uma região com características eminentemente rurais, de chácaras e pastagens, que só veio a se configurar como área pública em 1891.

As primeiras ambições para a criação de um parque na várzea do Ibirapuera surgiram mais de três décadas depois, em 1927, na gestão do prefeito José Pires do Rio (1926-1930).

No início do século 20, a zona sul de São Paulo, onde se localiza o parque, recebeu uma série de benfeitorias, em razão da proximidade da estrada de acesso ao litoral. Sob a égide dos interesses públicos e da elite paulistana, os ideais sanitaristas propagados nas décadas de 1920 e 1930 consubstanciaram a vinculação intrínseca entre higiene e meio urbano. Com o intuito de coibir possíveis focos de contaminação, evitando assim a propagação de doenças, as medidas higienizadoras abarcavam intervenções urbanas de diferentes tipos, como a limpeza e a drenagem das áreas alagadiças da várzea. A higienização também incluía ações para retirada de grupos indesejados, de grileiros e posseiros a famílias de baixa renda.

As primeiras medidas de intervenção urbana para a construção de um parque no local, ainda na década de 1920, revelam a intenção do poder público em consolidar a posse da terra, os interesses imobiliários na construção de bairros-jardins e, sobretudo, a preocupação higienista em realizar intervenções sanitárias de diferentes ordens. Embora o primeiro projeto de construção do parque tenha sido proposto por Reynaldo Dierberger em 1929 (São Paulo, 2007), somente em 1951 a prefeitura municipal elaborou o plano de urbanização para o novo Parque Ibirapuera, tendo em vista a realização da Exposição Internacional do IV Centenário naquele local (Processo nº 90/1951). Assim, a comemoração do quarto centenário de fundação da cidade propulsionou a concretização do parque, que foi o depositário dos festejos.

O conjunto arquitetônico do Parque Ibirapuera foi projetado por uma equipe coordenada por Oscar Niemeyer e contou com quatro pavilhões de exposições unidos por uma sinuosa marquise. O projeto antevia um empreendimento duradouro para a cidade. As atrações promovidas pelos festejos de inauguração do parque, em 1954, como a Exposição Internacional, a II Bienal, a I Feira Internacional e as numerosas atrações para diversão em massa, faziam coro, em grande medida, com uma racionalidade política que intencionava cimentar uma identidade paulistana. Naquele momento, as tímidas investidas educativas estavam restritas ao planetário e às visitas ao conjunto arquitetônico, uma vez que, para conhecer todos os espaços, um guia dava apoio ao visitante.

Após a inauguração do parque, os únicos registros de teor educativo são do ano seguinte e dizem respeito à criação de um Jardim Instrutivo de Plantas Úteis (Processo nº 6.448/1955) e à continuidade dos investimentos na proposta de Cinema ao Ar Livre (Processo nº 6.222/1955).

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, foram realizadas numerosas exposições, feiras comerciais e congressos, os quais já faziam parte da agenda do parque desde a sua criação. Havia quem solicitasse autorização para comercializar o refrigerante Coca-Cola durante o I Salão da Criança, que ocorreu em 1957 (Processo nº 22/1957), ou bolas de ar para o divertimento do público infantil (Processo nº 19/1957). Outros requeriam a cessão das dependências do parque para festividades, como as do Dia do Trabalho (Processo nº 7/1958), e para realizar atividades desportivas, como o Campeonato Paulista de Motociclismo (Processo nº 18/1957), um torneio motociclístico

(Processo nº 13/1958) e a prova de ciclismo em homenagem ao Dia das Mães (Processo nº 10/1959). Solicitavam ainda tablados para apresentação de grupos em festejos folclóricos (Processo nº 10/1961).

Passado esse período, sobressaem, pouco a pouco, programações culturais vinculadas a atividades discriminadamente educativas. Há um aumento considerável na programação tanto de visitas aos museus quanto de opções de cursos de fotografia e de leitura de obras de arte, projetos de incentivo à leitura, feiras destinadas ao público infantil etc.

O interesse em realizar atividades educativas, inicialmente voltadas ao público infantil, como o Jardim Instrutivo de Plantas Úteis, foi reforçado 20 anos depois com a proposta de reparação paisagística elaborada por Burle Marx, em 1974, a qual almejava transformar o parque em “um imenso jardim com quadras de esporte, dois playgrounds e uma escola de transito” (É Preciso..., 1974, p. 20). O intuito era “crianças aprenderem como devem agir ao atravessarem a rua” (Ibirapuera de novo..., 1974, p. 16).

Ao programa de educação no trânsito somava-se a preocupação com a natureza e, consequentemente, com a temática ambiental, fato marcado pelo I Encontro de Clubes de Jardinagem, em 1974. Naquela ocasião, as aulas de jardinagem eram parte do currículo das escolas públicas municipais, e o encontro na marquise do parque anunciaava a participação de 250 mil escolares. No convite de divulgação do encontro, evidencia-se o apelo para que os pais levassem seus filhos para participarem do evento: “é bom para você, bom para a educação do seu filho e bom para a cidade, que contará com uma geração melhor identificada com a natureza”. ¹

68

Até a década de 1970, a ocupação dos espaços do parque estava voltada para eventos diversos, promoção de cursos de arte, incentivo à leitura, fotografia, feiras atrativas para crianças e adolescentes etc. Paulatinamente, cultura e lazer vão converter-se em modos de vida distintivos de uma população destinada a se tornar capital humano (Foucault, 2008a).

Nas primeiras décadas que sucederam à inauguração do parque, apesar de incipiente, há certa racionalidade política que cria subjetividades atadas ao frequentador que se espera: um cidadão convertido em bom motorista, ecológico, leitor, músico, artista e culto. Tal racionalidade passa a introduzir diferentes práticas educativas que se esforçam por moldar um sujeito tipicamente pedagógico: aquele que, além de ser um cidadão engajado, passa a ser governado por iniciativas de teor ambiental.

Em 1984, o Caderno Feminino d’*O Estado de S. Paulo* traz toda uma página dedicada ao Parque Ibirapuera. A coluna Viva Bem – Lazer dá opções do “que fazer por lá”. Junto às fotografias de pessoas se exercitando, apreciando o lago e descansando em redes amarradas em árvores, um mapa indicava cada um dos espaços de lazer. Trata-se de um roteiro com seis opções: 1) entrar em forma; 2) andar de bicicleta; 3) ler; 4) visitar museus; 5) conhecer o planetário; e 6) empinar papagaio e praticar nautimodelismo. Para aqueles que preferiam a leitura, o Programa Carro Biblioteca, da Secretaria da Cultura, emprestava livros, revistas e jornais. Para

¹ O convite foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de 28 de novembro de 1974, página 10.

exercitar o corpo, "durante a semana, pela manhã, você encontra instrutores e professores de educação física, que orientam os atletas sobre os cuidados com o cooper" (Ibirapuera: o que..., 1984, p. 166).

Na década de 1990, as atividades educativas tornaram-se cada vez mais recorrentes na programação oferecida pelo parque, e a parceria entre educação e temática ambiental parece ter sido selada em definitivo. Um exemplo é o Programa de Educação Ambiental, patrocinado pela Coca-Cola, em 1999. A proposta era utilizar o parque como laboratório para a abordagem de temas ambientais urbanos, como lixo, reciclagem, poluição das águas, fauna e flora, relação do homem com áreas de lazer etc. Nas décadas posteriores à de 1990, observam-se dois movimentos paralelos: a criação da Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz (Umapaz), que vem consolidar a intenção de perpetuar a abordagem de educação ambiental, e a ampliação de práticas voltadas a grandes eventos culturais.

A partir dos anos 2000 a proliferação de atividades educativas se fortalece ao se aliar a grandes eventos culturais multiplicados com o financiamento e o apoio da iniciativa privada. Selecionamos três exemplos dessa mudança: a fonte multimídia, a exposição "Picasso na OCA: uma retrospectiva" e o Projeto Educação Ambiental sobre Rodas. A fonte multimídia foi inaugurada em janeiro de 2004, financiada pelo Grupo Pão de Açúcar, e sua atração está na projeção de imagens luminosas em seus jatos de água, as quais proclamavam, em 2014, a mensagem de fim de ano: "Festejar # Pra ser feliz". Já a exposição "Picasso na OCA: uma retrospectiva", realizada entre 28 de janeiro e 9 maio de 2004, alcançou um público de 905 mil visitantes. Promovida pela empresa Brasil Connects, contou com patrocínio do Banco Bradesco. O último exemplo, o Projeto Educação Ambiental sobre Rodas, foi uma iniciativa do Unibanco para comemorar seus 80 anos. Para tanto, o banco investiu em carretas equipadas com cinema e exposições interativas, com o objetivo de estimular a consciência ecológica de estudantes.

Somados às iniciativas apresentadas, grandes shows musicais foram promovidos na Praça da Paz² por empresas em busca de *marketing* cultural. Na festa dos 450 anos da cidade, em 2004, todos lucrariam. De acordo com Ribella (2004), cerca de 70% dos investimentos dos 148 milhões gastos nas comemorações foram provenientes da iniciativa privada.

As operadoras de telefonia celular também fizeram seus investimentos. A Claro investiu cerca de R\$ 3,5 milhões para restaurar o obelisco³ e a Tim construiu o Auditório do Ibirapuera, orçado em R\$ 20 milhões.

Atualmente, no conjunto arquitetônico de Niemeyer, há uma pluralidade de programas educativos. As atividades vão desde visitas mediadas por monitores a visitas temáticas, programa de intercâmbio estudantil, formação de professores, inclusão socioeducativa, contação de histórias, oficinas e atividades lúdicas, bibliotecas etc. (Chaves; Aquino, 2016).

² Trata-se de uma área gramada, ampla e aberta, localizada na região central do parque.

³ O obelisco é um monumento símbolo da Revolução Constitucionalista de 1932 e está localizado em uma das entradas do parque.

Como exemplo, salienta-se o projeto Ateliê Aberto do Museu Afro, voltado principalmente às famílias que frequentam o parque nos fins de semana. Já o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC) desenvolve o programa Lazer com Arte para a Terceira Idade. Contudo, é no Museu de Arte Moderna (MAM) que a variedade de opções se destaca. No detalhamento das atividades, disponível no sítio eletrônico do MAM, apregoa-se o convite inicial – Invista em você – com uma série de oportunidades de caráter formativo: cursos, visitas educativas, família MAM, domingo MAM, igual diferente, contatos com a arte e escolas parceiras. De forma geral, os programas propostos objetivam contribuir para a “formação de cidadãos críticos, que valorizem a arte e a cultura”, pois entendem que “a arte é fundamental para o desenvolvimento da cidadania” (MAM, [s.d.]).

O problema que se apresenta é que tal conjunto de iniciativas parece instaurar verdadeiros mecanismos de governamento da população, incitando formas de ser e (con)viver que são, inclusive, espaciais. Um exemplo disso é o considerável aumento, na década de 2000, da incidência de mecanismos ditos formativos aliados a grandes eventos culturais. São atrações financiadas e apoiadas pela iniciativa privada, como a Bienal, com campanhas específicas para escolares, ou como a fundação e a inauguração da Umapaz e do Auditório Ibirapuera, ambos com seus programas educativos específicos. Além disso, atesta-se a promoção de grandes exposições de arte e de eventos musicais massivos que chegaram a reunir quase 200 mil pessoas na Praça da Paz.

Esse novo contexto, tornado mais evidente a partir das décadas de 1980 e 1990, favoreceu gradativamente o espraiamento de práticas com teor pedagogizante cada vez mais abrangente. Tal fenômeno indica que a educação não está exclusivamente sujeita a práticas corretivas, normativas e disciplinares, mas também à gestão de condutas moduláveis, as quais contam com a livre adesão de sujeitos. Para tanto, as práticas ali abrigadas tornam-se alvo de *marketing*, dando abertura à emergência de produtos diversos: cultura, esporte, lazer, saúde, felicidade, bem-estar etc.

Esse deslocamento que buscamos tornar visível está relacionado, na compreensão de Foucault (2008a, 2008b), a mudanças das tecnologias biopolíticas do capital liberal ao neoliberal. No primeiro caso, a economia é a base dos Estados, as cidades são centros de desenvolvimento e progresso, e a população trabalhadora é o foco do poder econômico e político. Na associação direta com as práticas em destaque, há inicialmente uma São Paulo símbolo do desenvolvimento econômico e industrial brasileiro, campo de oportunidades e de progresso. Já no segundo caso, desponta uma economia flexível entre Estados, empresas multinacionais e corporações financeiras. As cidades são planejadas globalmente, e a população é vista como alvo de um modelamento econômico cada vez mais flexível, aberto e móvel. Desse modo, uma governamentalidade maleável, a serviço do consumo, com acentuado enfoque economicista e mercadológico, encontraria no parque um ambiente propício para sua efetivação.

Considerando as práticas de lazer esportivo desenvolvidas no Parque Ibirapuera, o cenário não é muito dissonante das práticas culturais ali em curso.

Desde a sua inauguração em 1954 e durante as três décadas seguintes, as atividades esportivas estiveram concentradas no ginásio e no velódromo, abarcando competições de diferentes modalidades e níveis, treinamento de atletas e de equipes esportistas etc. Os textos jornalísticos até a década de 1980, por exemplo, não fazem menção alguma à apropriação de outros espaços do parque para atividades de lazer, mas, exclusivamente, para a atividade esportiva profissional.

O esporte como componente desejável da vida urbana está atrelado ao avanço dos modelos de vida difundidos na Inglaterra a partir do século 19. Prática cultural associada ao ócio e ao tempo livre, a atividade esportiva está articulada diretamente ao lazer. Uma vez que, desde sua criação, o parque foi visto como equipamento urbano destinado ao lazer e à recreação, a atividade esportiva não parece ter fugido à lógica da vida neoliberal contemporânea.

O uso da bicicleta destinado ao lazer e não à prática profissional do ciclismo, por exemplo, irá aparecer, timidamente, em duas ocorrências jornalísticas de 1984: na campanha Dia do Coração promovida pela Caloi e nas sugestões da coluna Viva Bem – Lazer. Nessas duas ocasiões, as matérias enfatizam o uso da bicicleta como atividade física relacionada à promoção da saúde e do bem-estar em momentos de lazer. Aliás, é interessante observar que, até a década de 1980, não há nenhuma associação de atividades esportivas com hábitos saudáveis, tampouco com lazer.

A partir da década de 1990, o cenário é bastante distinto. As atividades esportivas passam, em definitivo, a ser incorporadas ao dia a dia do parque, indicando a valoração da saúde e do bem-estar como tópica pedagogizante instituída nas últimas décadas.

71

Em 1994, o Parque Ibirapuera era considerado “um dos locais mais procurados pelos adeptos da boa forma física”.⁴ Aos domingos, o local recebia cerca de 200 mil pessoas que buscavam suas alamedas, quadras, pistas de cooper e ciclovias. No ano em que o parque completou 40 anos, a oferta de atividades que divulgavam e promoviam a qualidade de vida era muito variada. Dentre elas, algumas campanhas de saúde se destacavam. Vejamos alguns exemplos.

Passados poucos anos das primeiras políticas antifumo no Brasil, a campanha Combate ao Fumo, promovida pelo Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil, levou duas mil pessoas ao parque. Com o lema “Pare de fumar praticando esporte” (Combat..., 1994, p. 15), a campanha promoveu demonstrações de capoeira e analisou o perfil de frequentadores fumantes. Assim como nos eventos culturais descritos anteriormente, os quais contavam com o apoio de empresas e grupos privados, aqui as atividades receberam o apoio da Biosintética, laboratório farmacêutico do grupo Achē.

Na década seguinte, as campanhas educativas em prol da melhoria da saúde pelo esporte se pluralizaram. Além de orientarem sobre determinado assunto, elas investiam na amplitude da divulgação da temática em corridas, caminhadas e passeios ciclísticos. Somente em 2004, *O Estado de S. Paulo* noticiou cerca de uma dezena de eventos com essa finalidade.

⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, seção Guia, edição de 12 de janeiro de 1994.

Entre os adeptos das práticas esportivas no Ibirapuera, a bicicleta e, em decorrência, a ciclovia tornaram-se vedetes. Nos últimos 20 anos, foram realizados incontáveis passeios ciclísticos em diferentes situações: em defesa do meio ambiente; para arrecadação de agasalhos; a Ciclofaixa de Natal; a pedalada da 8ª Virada Esportiva de São Paulo; o 18º Passeio Ciclístico da Primavera promovido pela Caloi, entre outros. Em 2004, os passeios ciclísticos chegaram a reunir 200 mil pessoas. Tanta popularidade resultou na criação de outras propostas urbanísticas em prol das bicicletas: o corredor de lazer aos domingos e uma ciclovia nos espaços do Ibirapuera.

A Ciclovia da Família, lançada em 2004, perfazendo três quilômetros, foi criada na tentativa de evitar acidentes entre pedestres e ciclistas, além de propor um local para que os pais levassem seus filhos para aprenderem a pedalar. O projeto foi uma parceria da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo com a Volkswagen. As obras custaram cerca de R\$ 4 milhões e foram financiadas integralmente pela montadora.

De modo análogo à análise referente aos modos de vida oportunizados por práticas de lazer cultural, atestamos em que medida as tecnologias de governo espacial são coordenadas por condutas econômicas que incitam estilos de vida, bem como formas de ser e de viver a espacialidade. Assim, podemos reconhecer o Parque Ibirapuera como um grande mercado de desejos – sejam eles culturais, esportivos, de lazer, farmacológicos, estéticos, publicitários, identitários etc. O parque parece confinar-se a um espaço aberto de circulações de diferentes tipos, isto é, um meio maleável de condutas orientadas, em grande medida, pelas demandas de mercado.

72

Dessa maneira, se os supermercados e as operadoras de telefonia encontraram no parque uma oportunidade de expandir o número de consumidores por meio da promoção de cultura em espetáculos musicais e exposições, concomitantemente, os laboratórios farmacêuticos e as empresas do ramo investiram na promoção da saúde e da qualidade de vida em atividades esportivas.

Considerações finais

A maneira pela qual mecanismos pedagogizantes em atuação no Parque Ibirapuera operam como tecnologias de governo do espaço e das espacialidades foi analisada com base nos Processos da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, bem como nos discursos jornalísticos veiculados a respeito do parque pelo jornal *O Estado de S. Paulo* entre 1954 e 2014. Consideramos que as práticas ali instaladas passaram a conduzir condutas, fomentando determinados modos de vida e de convívio. Tratou-se, assim, de deslindar a racionalidade política neoliberal na arte de governar, na qual se forjam princípios concorrentiais para as relações sociais e, sobretudo, para os comportamentos individuais. Foi a partir dos jogos cruzados entre controle e liberdade ou, mais especificamente, no bojo de uma liberdade regulada que identificamos o raio de ação das tecnologias de governo espaciais. Por fim, colocamos em causa a racionalidade pedagogizante ali em voga, atentando para as relações intrínsecas entre governo, espacialidade e pedagogização.

A consumação e o aperfeiçoamento de diversas tecnologias de governo em jogo no Parque Ibirapuera, seja por meio de iniciativas culturais, seja por atividades esportivas, demonstram como tais práticas criam um *éthos* espacializado em que seus frequentadores “se experimentam a si mesmos como livres, ainda que os objetivos de sua conduta sejam postos por outros” (Castro-Gómez, 2010, p. 12, tradução nossa).

Soma-se a isso o fato de que a lógica do mercado invade uma gama de setores da vida social, apregoando que todos devem mudar de atitude, buscando o sucesso, o bem-estar e a felicidade, ou melhor, estabelecem-se normativamente padrões e modelos atitudinais de sucesso, de bem-estar e de felicidade entrelaçados a modos de ser e (con)viver intensamente governados. Com base na análise de tal tecnologia de poder de acento neoliberal, pode-se traçar uma descrição genealógica do *homo oeconomicus* (Foucault, 2008a), isto é, não apenas de um indivíduo inserido em um campo social de concorrência e de defesa de interesses privados, mas também um empresário de si. Assim, a estratégia da economia política de produzir capital humano revela-se uma técnica de empresariamento do social e de produção de um sujeito empreendedor de si mesmo.

A análise das seis décadas de existência do Parque Ibirapuera permite dimensionar os tantos deslocamentos referentes aos espaços e às espacialidades de uma metrópole como São Paulo. O que fora antes um terreno baldio, alagadiço e insalubre transformou-se em um espaço de inequívoca pedagogização social, o qual comporta desde as tecnologias segregacionistas e eugênicas conclamadas nas primeiras décadas de surgimento do parque até as recentes técnicas neoliberais em nome do bem-estar da população, convertendo os modos e estilos de vida em práticas capitalizáveis, em atividades culturais e/ou esportivas. Esse novo regime de governo populacional gestionado pelo *marketing* publicitário reforçou e pluralizou cada vez mais as práticas de pedagogização orientadas ao consumo. Para tanto, valeu-se de intervenções oportunizadas seja pelo poder público, seja pela iniciativa privada e, amiúde, por uma associação entre ambos.

No arco temporal aqui analisado, pôde-se atestar o câmbio das tecnologias de governo que forjaram o Parque Ibirapuera como espaço aberto, móvel e flexível, privilegiando a atuação de mecanismos pedagogizantes em diferentes níveis: inicialmente, um parque industrial como vitrine para o mundo; atualmente, um espaço com práticas formativas difusas que aliam o *marketing* cultural e a preservação ambiental. Em termos foucaultianos, tais câmbios discursivos remetem a tecnologias de governo neoliberais atuantes na produção do espaço e das condutas da espacialidade. O capital firma-se como uma tecnologia de biopoder (Foucault, 2008a) e, por consequência, o capitalismo firma-se como modo de governo da vida das populações, circunscrevendo a vida social a condutas econômicas moduláveis. O Parque Ibirapuera não esteve isento dessa lógica; ao contrário, encarnou-a em larga medida.

Referências bibliográficas

AQUINO, J. G. Disjunção, dispersão e dissensão da educação contemporânea. In: SARAIVA, K.; MARCELLO, F. A. (Org.). *Estudos culturais e educação: desafios atuais*. Canoas: Ed. da Ulbra, 2012. p. 138-156.

AQUINO, J. G. Pedagogização do pedagógico: sobre o jogo do expert no governo docente. *Educação*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 201-209, maio/ago. 2013.

BALL, S. Aprendizagem ao longo da vida, subjetividade e a sociedade totalmente pedagogizada. *Educação*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 144-155, maio/ago. 2013.

BEILLEROT, J. *A sociedade pedagógica*. Porto: Rés, 1985.

BERNSTEIN, B. Das pedagogias ao conhecimento. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 15, p. 9-17, 2001.

CASTRO-GOMÉZ, S. *Historia de la gubernamentalidad: razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Pontificia Universidad Javeriana-Instituto Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010.

CHAVES, A. P. N.; AQUINO, J. G. Rastros de uma heterotopia urbana: o caso do Parque Ibirapuera. *ETD Educação Temática Digital*, Campinas, v. 18, n. 4, p. 802-819, out./dez. 2016.

74

COMBATE ao fumo leva 2 mil no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 15, 29 ago. 1994.

É PRECISO reformar o parque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 20, 6 abr. 1974.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

IBIRAPUERA de novo em foco, O. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 16, 14 jun. 1974.

IBIRAPUERA: o que fazer por lá. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 set. 1984. Suplemento Feminino, p. 166.

LOCKMANN, K. *A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal*. 2013. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO (MAM). *Aprenda: programas educativos e cursos*. São Paulo, [s.d.]. Disponível: <<http://mam.org.br/aprenda/>>.

NOGUERA-RAMÍREZ, C. E. *Pedagogia e governamentalidade ou da modernidade como uma sociedade educativa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RIBELLA, R. Todos lucram com os 450 anos de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, B9, p. 28, 24 jan. 2004.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE). *Guia dos Parques Municipais de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2007.

SILVA, E. Aos 63, Ibirapuera é o parque mais visitado da América Latina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 2017. SP: Passado e Presente. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2017/09/1873255-aos-63-ibirapuera-e-o-parque-mais-visitado-da-america-latina.shtml>>.

VIEIRA, E. *A cidade e o governo dos homens: sobre o lastro educacional da urbanidade contemporânea*. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VIEIRA, E.; AQUINO, J. G. O lastro educacionalizante da experiência contemporânea: problematizações. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 769-791, set./dez. 2016.

75

Ana Paula Nunes Chaves, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), é professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e pesquisadora do grupo “Ensino de Geografia, formação docente e diferentes linguagens”.

ana.chaves@udesc.br

Julio Groppa Aquino, doutor em Psicologia Escolar pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela Universidade de Barcelona e livre-docência pela Faculdade de Educação da USP (FEUSP), é professor titular dessa faculdade, pesquisador do CNPq e líder do grupo “Coletivo de pesquisadores sobre educação e relações de poder” (CoPERP-USP).

groppaq@usp.br

Redebido em 21 de agosto de 2017

Aprovado em 18 de janeiro de 2017